

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2017

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, em observância aos preceitos legais e estatutários, através de sua Diretoria Executiva, submete à apreciação de vossas Senhorias o seu Relatório da Administração, acompanhado das Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

1. A INSTITUIÇÃO

A Agência de Fomento é uma instituição financeira não bancária, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital fechado, que atua sob a supervisão do Banco Central do Brasil e rege-se por seu Estatuto Social, Lei das Sociedades Anônimas e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. Foi criada em 2002 pela Lei Estadual nº. 1.298 e tem como acionista majoritário o Estado do Tocantins.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

2.1 - Prospecção e Oportunidades de Negócios

No exercício de 2017 a Coordenadoria de Prospecção e Oportunidades de Negócios realizou prospecções, palestras, visitas a empreendedores, oferecendo linhas de crédito de acordo com o perfil de cada empreendimento, totalizando 2.068 atendimentos, em diversos municípios.

Em Paraíso do Tocantins, no período de 24 a 25/04/2017, foram realizados atendimentos e prospecções no **PROMEI - Programa de Fortalecimento das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais**, e no período de 12/05/2017, também foram realizadas ações na **SEMANA DO MEI - Microempreendedor Individual** nesse mesmo Município.

No município de Cristalândia, no período de 16 a 17/05/2017, os atendimentos e prospecções também ocorreram na **SEMANA DO MEI - Microempreendedor Individual**.

No período de 04 a 05/08/2017, a convite do Sebrae, foram realizados atendimentos e prospecções no município de Crixás-TO, bem como atendimentos e palestras à Cadeia Produtiva do Setor Moveleiro em Gurupi.

Em parceria com o Sebrae, dia 17/10/2017, atuou-se no Dia **"C" do Crédito**, nos municípios de Palmas (Centro e Taquaralto), Araguaína e Gurupi, totalizando mais de 100 atendimentos nessas ações.

Participação também no Fórum de Desenvolvimento Econômico em: **1)** Guaraí - 1ª Edição, nos dias 22 a 25/05/2017; **2)** Gurupi - 2ª Edição, nos dias 31/08/2017 a 04/09/2017; **3)** Araguatins-Augustinópolis - 3ª Edição, nos dias 18 a 20/10/2017; e **4)** em Taguatinga-TO - 4ª Edição, de 30/11 a 01/12/2017.

2.2 – Operações de Crédito

Em 2017 a Agência de Fomento liberou um total de R\$ 3.298 (mil) em operações de crédito, distribuídos entre empréstimos e financiamentos, atendendo diversos seguimentos.

Do montante liberado foi registrado um valor médio de R\$ 63 (mil) por empreendedor, sendo 79,66% destinado para a linha de Comércio e Serviços, 10,67% para o Microcrédito e 9,67% para o Turismo. Com relação à modalidade de crédito, 88% das operações foram destinadas ao capital de giro e 12% ao investimento fixo.

2.3 – Taxa de Juros, Prazo e Carência nas Operações de Crédito

A taxa média de juros ficou em 2,64% a.m. e prazo médio de amortização das operações de crédito foi de 32 meses. Do montante, R\$ 1.837 (mil) foram liberados com carência, correspondendo a 62,73% das liberações de crédito e R\$ 1.461 (mil) sem carência, representando 37,27% do montante liberado.

2.4 – Rating das Operações de Crédito

Das operações de crédito com relação ao montante liberado, 1,76% estão classificadas no nível de risco inicial A, 33,29% no nível de risco B e 64,95% estão concentradas no nível de risco C.

2.5 – Garantia das Operações de Crédito

Com relação ao tipo de garantia, 52,37% estão concentradas em Direitos Creditórios, 31,59% das operações em alienação fiduciária (considerando alienação fiduciária de imóveis e veículos), 11,86% garantidas pelo Fundo de Aval para as Micros e Pequenas Empresas – FAMPE e 4,18% em garantia fidejussória. Isso demonstra que 95,82% dos créditos liberados em 2017 foram avalizados por garantias de melhor liquidez.

2.6 – Análise de Crédito

A Agência de Fomento se posicionou com rigor nas análises de crédito. Diante disso, foram analisadas atividades que expõe ao menor risco de inadimplência e que possam estimular a economia de forma responsável.

3. GESTÃO DE CRÉDITO

Destaca-se, ante à gravidade do momento econômico, permeado pelas incertezas políticas que afetaram durante todo ano o desempenho das instituições financeiras, principalmente, as mais vulneráveis pelo (a)porte, que a Gestão reagiu à inadimplência que assomou ao mercado, recuperando créditos de difícil ou duvidosa liquidação, através do recebimento por dação em pagamento de imóveis, bens submetidos ou não às garantias do negócio, evitando assim a inadimplência e um oneroso e extremamente demorado processo judicial, nos moldes do histórico das contingências ativas da Sociedade.

Com isso, a Agência passou a deter a propriedade imobiliária de diversos bens, recebidos em dação em pagamento, cujos valores em 2017 totalizam R\$ 5.311 (mil), minimizando o impacto da vislumbrada inadimplência. Esses bens, assim como todos os recebidos em tais condições, deverão ser vendidos no prazo de um ano, a contar do seu recebimento, em leilão público, na forma da lei.

A Despesa de Provisão para operação de Créditos encerrou o período com R\$ 1.909 (mil), sendo a média mensal de R\$ 159 (mil)

A Reversão de Provisão das Operações de Crédito totalizou em R\$ 1.683 (mil), resultado positivo, fruto de recebimento de créditos inadimplentes. Ao receber estes valores, o valor do provisionamento é reduzido e a receita aumentada.

Os créditos renegociados ficaram em R\$ 269 (mil). As renegociações de créditos são realizadas sempre quando o cliente necessita de um reescalonamento, para continuar honrando com suas parcelas.

A Carteira de Créditos Baixados como prejuízo registrou um montante no exercício de R\$ 511 (mil). Esses créditos são provenientes de cobranças infrutíferas, mas apesar de baixadas em prejuízo, continuam em processo de cobrança e ajuizamentos.

Dos créditos que foram baixados como prejuízo foram recuperados R\$ 164 (mil). Os recebimentos desta carteira são bastante significativos para a Instituição, por serem considerados como receita líquida no resultado geral do período.

O saldo das parcelas vencidas até 60 dias fechou em R\$ 240 (mil), vencidas até 90 dias R\$ 64 (mil), vencidas acima de 90 dias R\$ 404 (mil), parcelas vincendas R\$ 6.914 (mil). Baseado na resolução nº2682 de 1999 do Banco Central, vigente, o parâmetro para mensuração da inadimplência total acima de 90 dias considera-se os saldos vencidos + vincendos, que neste exercício somou um saldo de R\$ 7.622 (mil).

De forma geral, referente aos índices da Gestão de Crédito supra mencionados, a Agência de Fomento vem obtendo resultados satisfatórios na recuperação dos créditos inadimplentes e na redução de provisionamento por atraso.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As receitas do exercício totalizaram R\$ 5.015 (mil) e as despesas R\$ 7.840 (mil), o resultado líquido acumulado do exercício de 2017 foi um prejuízo de R\$ 2.825 (mil), a que deu causa a diminuição nas receitas nas operações de crédito, decorrente em parte pela redução das taxas de remuneração de capital com as quais opera impostas pelo mercado e da redução das próprias operações, em volume e em valores, ante à persistente falta de aporte de capital dos acionistas, enquanto todas as demais despesas legais e administrativas são inevitavelmente e permanentemente majoradas.

A falta de aporte ao capital da Agência, mantido no mesmo patamar de R\$ 26.823 (mil) desde 2013, data do último aporte, compromete substancialmente a política de aplicação dos recursos da Agência, limitando-a cada vez mais ao longo dos anos, corroendo capitais e comprimindo-a, o que implica nos sucessivos e inevitáveis prejuízos realizados, nos descumprimentos de metas e diretrizes orçamentárias, principalmente em relação às suas prioridades legais de impulsionar o desenvolvimento sustentável do Estado através de financiamento de projetos de desenvolvimento para estimular, potencializar ou criar vantagens competitivas que promovam benefícios econômicos e sociais nas áreas de sua influência, em consonância com o Plano do Governo.

Cabe ressaltar que diante do quadro que ora se apresenta os Gestores da Instituição decidiram, para o próximo período, adotar as seguintes medidas:

- a) Redução no quadro de pessoal;
- b) Realocação de todos os setores no andar superior com vistas a reduzir o valor do aluguel;
- c) Redução das despesas com manutenção e limpeza, tendo em vista a redução na área utilizada;
- d) Redução no valor pago do Vale Alimentação dos colaboradores; e,
- e) Providenciar a realização de leilão dos bens recebidos em dação em pagamento e os apreendidos ou consolidados em alienação fiduciária, os quais irão gerar mais receita.

Deve-se considerar ainda que a Agência de Fomento, atendendo sua missão como instituição financeira de desenvolvimento, opera com taxas de juros reduzidas, comparativamente ao mercado financeiro tradicional, o que resulta em baixo *spread* nas operações.

As Aplicações Financeiras do período seguiram a política de investimentos da Instituição, produzindo receitas no valor de R\$ 874 (mil). Ao final do exercício, o saldo das aplicações alcançou o valor de R\$ 8.820 (mil), estando R\$ 8.495 (mil) aplicados em Fundos de Investimento e R\$ 325 (mil) em Títulos de Renda Fixa (LFT).

Os Ativos da Agência de Fomento apresentaram um saldo de R\$ 21.380 (mil). Os seus principais componentes são as aplicações financeiras em Títulos Públicos Federais no valor de R\$ 8.820 (mil), correspondente a 41% e carteira ativa de operações de crédito com um montante de R\$ 6.110 (mil) equivalente a 29% e 30% sendo de outros ativos.

O Patrimônio Líquido finalizou com o saldo de R\$ 20.884 (mil), distribuídos em R\$ 26.823 (mil) de Capital Social subscrito, R\$ 26.789 (mil) Capital Social integralizado, R\$ 153 (mil) de Reserva Legal e R\$ 6.058 (mil) de prejuízo acumulado. Já o passivo circulante somou R\$ 496 (mil), sendo R\$ 1 (mil) correspondentes às obrigações por empréstimos e repasses ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e R\$ 495 (mil) são outras obrigações, tais como: funcionários; impostos e fornecedores.

5. GESTÃO ORGANIZACIONAL

5.1 Gestão de Riscos e Controles Internos

O modelo de controle interno adotado pela Agência utiliza a metodologia de CONTROL SELF ASSESSMENT – CSA, ou seja, Auto-Avaliação de Controles, a arquitetura é elaborada pelo COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREATWAY COMMISSION – COSO, dos quais contemplam a identificação, mensuração e tratamento dos riscos das atividades.

A Gestão do Risco de Mercado tem como missão identificar, avaliar e mitigar a exposição e seus impactos decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição. A Agência de Fomento adota o cálculo do Value at Risk – VAR paramétrico como a metodologia utilizada para gerenciamento de risco de mercado, em condições normais, aplicando-o a todas as operações sensíveis às variações nas taxas de juros pré-fixadas. Dentro de um horizonte de tempo com um intervalo de confiança, a Instituição mantém o seu cálculo do VAR com uma confiabilidade de 99% para um intervalo de 10 dias.

5.2 Ouvidoria

A Ouvidoria tem como objetivo aprimorar o atendimento ao cliente, bem como os processos e serviços, agregando valor à imagem da Instituição e, principalmente, reduzindo litígios. No exercício de 2017, foram recebidos (09) nove contatos telefônicos pelo DDG 0800, os quais foram encaminhados para o atendimento habitual e 03 (três) contatos recebidos por e-mail, não sendo considerados como registro de demandas de Ouvidoria.

6. AUDITORIA INTERNA

A auditoria interna teve como meta para o exercício findo, acompanhar e executar o Cronograma de Atividades em conformidade com o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para o exercício. Principalmente acompanhamento/análise dos processos de despesa e concessão de crédito, assim, como os processos licitatórios. Averiguando se os procedimentos adotados estão de acordo com as normas estabelecidas pela Instituição, bem como àquelas a que está subordinada. Objetivando eficiência, eficácia, e efetividade nos procedimentos administrativos.

A auditoria interna buscou priorizar oportunamente de forma preventiva, através de análise e recomendações nos processos administrativos, ajustes pontuais no cumprimento a legislação. Evitando problemas futuros, de forma a minimizar a improbidade administrativa na formatação destes processos. Avaliando sistematicamente os controles internos, aferindo sua solidez, consistência, adequação e aplicabilidade.

No fim do exercício, a auditoria interna encaminhou a Presidência, o Manual de Auditoria Interna que orienta a atuação da auditoria interna, na busca pela padronização das atividades. E tem por objetivo estabelecer normas e procedimentos para execução dos processos de auditoria interna através de análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente, e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir à administração da Fomento no cumprimento de seus objetivos. Cumprindo com o que determina a Resolução nº 4.588, de 29 de junho de 2017 - Dispõe sobre a atividade de auditoria interna nas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Como Atribuição da Auditoria Interna, foi desenvolvido um plano anual de atividades e cronograma para o exercício vindouro, visando auxiliar e alcançar os objetivos da auditoria, adotando uma abordagem sistêmica e disciplinada para a avaliação e melhora da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, com o objetivo de adicionar valor e melhorar os resultados planejados pela unidade de auditoria interna.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações desenvolvidas pela Instituição nesse exercício e registradas no presente Relatório de Administração demonstram a busca por uma convergência entre o papel estratégico definido e as ações empreendidas no período. Cabe, ainda, o destaque da execução dessas ações de forma associada às demais instituições do Estado, buscando a unidade governamental, a implementação de prioridades e uma atuação direcionada às diversas regiões e setores do

território tocantinense. Desta forma, a Instituição segue em direção ao alcance de sua sustentabilidade, alinhada com sua missão e buscando legitimar-se cada vez mais como indutora e articuladora para o desenvolvimento do Estado do Tocantins.

8. RECONHECIMENTOS

A Diretoria Executiva agradece o apoio, a confiança e a colaboração do Governo do Estado e dos demais Acionistas, bem como do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, que foram fundamentais para o andamento das atividades. Finalmente, agradece também aos funcionários que de forma consciente, abraçaram o desafio de realizar a missão da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A.

Palmas - TO, 15 de fevereiro de 2018.

JOSÉ DOS SANTOS FREIRE JÚNIOR

Diretor-Presidente

MAURILIO RICARDO ARAÚJO DE LIMA

Diretor Operacional e Diretor Administrativo-
Financeiro em Exercício